

ATA DA REUNIÃO NÚMERO 8/13 DO EXECUTIVO

REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2013

----- Aos dezoito dias do mês de Abril de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA e com a presença dos Srs. Vereadores MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, e CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA. -----

-----Esteve presente para a secretariar, ROSA SILVANA SÁ MARINHEIRO. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Vice - Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **FALTAS** -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade, justificar as faltas dadas pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Vereadores Elsa Margarida de Melo Corga e Brito António Rodrigues Salvador. -----

----- **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. VICE - PRESIDENTE E PELOS SRS. VEREADORES ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL -----

----- Neste ponto da Ordem do Dia, o Sr. Vice – Presidente principiou por apresentar as congratulações do executivo pela subida do Volonguense à primeira Liga Distrital do Futebol de Aveiro. -----

----- A seguir, o Sr. Vice-Presidente manifestou o desagrado pela forma como a CP vêm gerindo a linha do Vale do Vouga, uma vez que sempre houve um bom entendimento e cooperação entre ambas as instituições e, recentemente, a CP, sem qualquer contato com a Câmara decidiu alterar os horários e a frequência das automotoras prejudicando os utentes que dependem desse meio de transporte para irem trabalhar ou para as escolas pelo que faz votos para que a situação anterior seja reposta, para bem dos munícipes e rentabilização da linha. -----

-----O Sr. Manuel Marques, que interveio a seguir, questionou o Sr. Vice-Presidente acerca do preço da água no Município, que considera excessivo, questionando a concessão do fornecimento de água à ADRA, afirmando que, no seu parecer, a gestão da água deveria pertencer à Câmara que a forneceria a um preço social, uma vez que se trata de um bem essencial à população. -----

----- O Sr. Vice-Presidente informou que a água em Águeda é a 2ª mais barata da

zona de exploração da ADRA, que embora as obras previstas para Águeda estejam atrasadas, está-se no início da 1ª fase quando se deveria estar já na 2ª, existe um grande volume de investimento para fazer no concelho, que se espera avancem em breve, acrescentando que se está a diligenciar para que a Câmara recupere o fornecimento de água que delegou em algumas freguesias, para a entregar à ADRA porque se considera, que dessa forma, há mais vantagens para a população do concelho. -----

-----De seguida, interveio a Sr.ª Vereadora Carla Jacinta para alertar para a falta de sinalização nas obras que a ADRA trás em curso na Concelho, nomeadamente em Aguada de Cima, que causa algumas situações desagradáveis à população. O Sr. Vice – Presidente disse que irá transmitir isso à Empresa mas que sabe que, em alguns casos a sinalização existe mas tem sido roubada. -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- ABERTURA DE CONCURSO -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 28/03/2013, que aprovou a abertura de concurso público, sem publicidade internacional, nos termos legalmente propostos na proposta de abertura de procedimento, que se arquiva na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, bem como o projeto de execução, o programa de concurso e o Caderno de Encargos para a “Demolição da Escola P3 – Quinta dos Oliveiras” assim como aprovou a constituição do Júri, delegando no mesmo todas as competências para a gestão do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP (proposta 179/13).

----- RECECAO DEFINITIVA -----

----- Tendo sido vistoriada a totalidade da obra “extensões de rede de saneamento domestico no concelho - execução de 16 ramais na Urbanização Quinta da Loba - Valongo do Vouga” e verificando-se que a mesma se encontra concluída e na devida ordem, nenhuma observação havendo a fazer, não apresentado deficiências, indícios de ruína ou de falta de solidez pelas quais se deva responsabilizar a firma adjudicatária, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber, definitivamente, a obra em causa e proceder à restituição de todos os depósitos de garantia, garantias bancárias ou quantias retidas como caução e diligenciar a extinção de outras cauções eventualmente existentes (proposta 180/13): -----

----- MINUTA DE CONTRATO -----

-----Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o

despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 08 de abril corrente, que aprovou a minuta do contrato da empreitada de “Controlo de Cheias em Águeda - Intervenções nas Secções de Vazão da Ponte do Campo, da Ponte de Óis da Ribeira e no Canal Secundário do Rio Águeda “By-Pass” em Águeda – Ponte do Campo e Ponte de Óis da Ribeira” (proposta 184/13). -----

----- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS** -----

----- PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL -----

-----De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos dos processos e foram presentes e se encontram arquivados na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, aprovar as propostas que a seguir se transcrevem: -----

----- “Conforme o previsto no artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, designada por Aquisição de Serviços para a Reparação da Ponte Himalaia no Parque do Souto do Rio mediante aplicação de um procedimento por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, com consulta à empresa Framegas & Santos, Lda” (proposta 188/13). -----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme o previsto no artigo 75.º da lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante aplicação de procedimento, por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos com convite à Sr.ª Engenheira Paula de Almeida Cruz” proposta 192/13).-----

----- “Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, mediante aplicação de procedimento por Concurso Publico, sem publicação internacional, efetuado nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos designada por “produção e agenciamento de artistas, bem como aluguer de equipamento diverso para espetáculos a realizar no âmbito do evento anual Ágitágueda (proposta 193/13).-----

----- **PATRIMÓNIO** -----

----- ABERTURA DE CONCURSO PUBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES E RESTAURANTE DO LARGO 1º DE MAIO -----

----- No prosseguimento dos trabalhos a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Manuel Marques, o seguinte: -----

----- a) Autorizar o início de procedimento de concurso público, nos termos do artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, “para a atribuição de direito de exploração dos bares e restaurante do Largo do Botaréu / Praça 1º de Maio” -----

----- b) Aprovar as respetivas Peças Concursais (artigos 40.º e 42.º do CCP); -----

----- c) Aprovar a constituição do Júri para gestão do procedimento e respetiva delegação de competências, de acordo com o proposto, que a seguir se descreve: ---

----- **JÚRI DO PROCEDIMENTO** -----

----- Presidente, Dr. Edson Santos, Chefe de Gabinete, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1º vogal; -----

----- 1º Vogal – Eng. Manuela Mato, Chefe de Divisão de Execução de Obras Municipais; -----

----- 2º Vogal – Dr.ª Paula Loureiro, Técnica Superior da Divisão de Desenvolvimento Local; -----

----- Suplentes – Dr.ª Anabela Martins, Técnica da Divisão Administrativa e Financeira e Dr.ª Silvana Sá, Técnica Superior da Divisão Administrativa e Financeira.

----- **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO JURÍ, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 109.º E O N.º 2 DO ARTIGO 69.º DO CCP** -----

- Prestar esclarecimentos e proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento (artigo 50.º); -----

- Pronunciar -se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados (artigo 61.º do CCP); -----

- Prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas (artigo 64.º do CCP); - ----

-Classificação de documentos das propostas (artigo 66.º do CCP);-----

----- (proposta 194/13). -----

----- **PATRIMÓNIO** -----

----- AQUISIÇÃO DE PRÉDIO -----

----- De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o assunto referente à aquisição, a Nelson Santiago Abrantes, Graciete Santiago Abrantes da Cruz, Otília Santiago de Castro, Jorge Manuel Figueira Santiago, João Carlos Figueira Santiago, Cristina Maria Figueira Santiago e César Augusto Figueira Santiago, um prédio urbano sito no lugar de São Martinho, freguesia de Aguada de Cima, com o artigo matricial nº 718 e com a área de 309m2, pelo montante de 16.000€ (dezasseis mil euros), destinado a integrar o domínio público municipal, para análise em próxima reunião. (proposta 187/13) -----

----- **EDUCAÇÃO** -----

----- VERBAS PARA PAGAMENTO A PESSOAL -----

-----Verificando-se a necessidade de manter uma funcionária na EB1 de Paradela e perante o terminus de um CEI sem possibilidade de continuação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a sua substituição por outro CEI através da parceria com a IPSS Arco Íris, no intuito de dar resposta às necessidades verificadas a nível do pessoal não docente naquela escola bem como outros serviços, nomeadamente, apoio a refeições e vigilância dos alunos no período de desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, originando a necessidade de transferir, para a referida instituição, a importância de 237,34 € (proposta 181713). -----

----- FORNECIMENTO REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS 1º CEB -----

----- Na sequência de uma avaliação efetuada, pelos serviços municipais, aos protocolos de parceria celebrados com vista ao fornecimento de refeições escolares aos Alunos do 1º CEB no ano letivo 2012/2013, verificou-se a necessidade de rever as obrigações do 2º outorgante, no que concerne às questões de segurança e higiene alimentar, bem como a necessidade de rever o valor da refeição para os parceiros e o número de alunos a usufruírem de refeição, a Câmara deliberou, por unanimidade, elaborar novos protocolos de parceria, nos termos da proposta que foi presente e aprovada e se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião (proposta 182/13). -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

-----ISENÇÃO DE TAXAS-----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr Vereador João Clemente, datado de 4 do corrente mês de Abril, que isentou a Fábrica da Igreja Paroquial de Aguada de Cima do pagamento das taxas referentes à licença accidental de recinto, para instalação de vários equipamentos de diversão, a levar a efeito nos dias 6 a 14 de abril, nas festividades das Almas da Areosa (proposta 183/13). -----

----- PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO MUSEU ETNOGRÁFICO DA REGIÃO DO VOUGA -----

----- Na continuação dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar do Protocolo que foi presente e se encontra arquivado na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, que estabelece os princípios e condições de colaboração entre o Município de Águeda e o Grupo Folclórico e Etnográfico da Região do Vouga, com vista à promoção e dinamização do Museu Etnográfico da Região do Vouga (proposta 190/13).-----

-----REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21/02/2013 E TOMADA DE UMA OUTRA-----

----- Atendendo a que a associação Sporting Clube de Fermentelos, apresentou, no dia 10 do corrente mês de Abril, um pedido formal de alteração do Contrato-Programa N.º 27/2013, em virtude de ter sido necessário reformular o projeto da obra, com vista à necessidade urgente de proporcionar as condições adequadas para a prática desportiva aos atletas mais jovens, face à grande procura de formação, sentida pela associação, nesta camada etária, a Câmara deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação tomada na reunião de 21/02/2013 referente à atribuição do apoio financeiro ao referido clube e atribuir, de acordo com o novo processo, uma comparticipação para as obras a realizar, no montante de 7.724,03€ (proposta 189/13).-----

----- **RECURSOS HUMANOS** -----

----- ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL -----

----- No prosseguimento dos trabalhos a Câmara analisou todo o processo e deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Manuel Marques, aprovar a proposta que foi presente, de alteração do Mapa de Pessoal, a qual se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião. -----

-----Mais foi deliberado, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, submeter esta resolução à

aprovação da Assembleia Municipal (proposta 196/13). -----

----- **REGULAMENTOS** -----

----- ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA --

-----Seguidamente, a Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com o artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, os artigos 114º e 119º do Código de Procedimento Administrativo e a alínea a) do nº2 do artigo 53º e alínea a) do nº 6 do artigo 64º, da Lei nº169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a alteração ao Código Regulamentar do Município de Águeda, nos termos em que consta do Anexo I da Proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião. -----

----- Mais foi deliberado, tendo em vista a sua executoriedade, nos termos da citada Lei n.º 169/99, submeter a mesma alteração à aprovação da Assembleia Municipal (proposta 191/13). -----

----- **PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO** -----

----- VETERINÁRIO MUNICIPAL -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º e no artigo 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar a Minuta do Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Águeda e o Município de Oliveira do Bairro com vista à disponibilização do seu Veterinário para assegurar o funcionamento do Gabinete Médico Veterinário do Município de Águeda e do Centro de Recolha Oficial de Águeda, numa média semanal de 10h e 30m, bem como a sua intervenção em situações urgentes, devidamente comunicadas, que ponham em causa a sanidade animal ou a saúde pública (proposta 195/13). -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- REDUÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS - INCENTIVO JOVEM -----

-----Presente, a seguir, um requerimento através do qual Nuno Daniel Marques Almeida e Silvia Patricia Marques Almeida, residentes na Rua do Depósito, no lugar de Rio Côvo, na freguesia de Águeda, solicitam a redução do valor das taxas referentes à construção de um prédio constituído por duas habitações, sito na referida Rua do Depósito. -----

-----Analisados os documentos apresentados, a Câmara deliberou, por unanimidade, corresponder ao solicitado, atendendo a que os requerentes são irmãos, sendo uma casa para cada um, e ambos reúnem os requisitos mencionados no disposto no art.º 20º. /I, do Código Regulamentar do Município de Águeda, uma vez

que se trata da primeira habitação e o seu rendimento não excedem o equivalente a dois salários e meio mínimos nacionais. -----

----- **ASSUNTOS URGENTES** -----

----- A seguir, o Sr. Vice - Presidente, dada a urgência de que se revestem os mesmos, propôs ao Executivo, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e na parte final do artigo 19.º do Código do Procedimento Administrativo, que se incluam na Ordem de Trabalhos desta reunião os assunto que se seguem – tendo todos os Membros do Executivo considerado aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato, à sua análise: -----

----- **ADRA – ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.**-----

----- AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL -----

----- Continuando a reunião, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Manuel Marques, de acordo com o previsto no Contrato de Gestão, bem como no artigo 6.º dos Estatutos da Sociedade, aumentar o capital do Município de Águeda na empresa Águas da Região de Aveiro, S.A. - AdRA, no valor de €12.250,00, o que corresponderá a um número de 2.450 novas ações, bem como autorizar o respetivo pagamento, nas proporções e condições plasmadas na tabela que consta da proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação informática junto à agenda desta reunião. -----

----- Foi, também, deliberado dar conhecimento desta resolução à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 53.º, n.º 1, alínea d) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual (proposta 197/13). -----

----- O Sr. vereador Manuel Marques disse votar contra esta resolução por não concordar com as obras previstas, pala ADRA, para o Concelho de Águeda. -----

----- REDE DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS DE SEGADÃES E TROFA – PROTOCOLO -----

-----Tendo em vista o descrito na proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Manuel Marques, de acordo com a alínea l) art. 13.º e art. 26.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, aprovar o Protocolo, que também se arquiva, a celebrar com a ADRA, com vista à execução da empreitada de “Drenagem de Águas Residuais de Segadães e Trofa - Águeda (PAR 016) – 1.ª Fase”, designadamente, nos arruamentos através dos quais será assegurada a drenagem de águas residuais no Instituto Duarte Lemos e no novo Centro Escolar da Trofa (proposta 198/13). -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- PROPOSTAS ADMITIDAS E ADJUDICAÇÃO -----

----- De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado 8 de Abril corrente que aprovou todas as propostas admitidas e adjudicou o procedimento para a empreitada de Construção do Centro Educativo de Macinhata do Vouga – Conclusão, à empresa Escala Perfil, Unipessoal, Ld.ª, pelo valor global de 809.195,24 € (oitocentos e nove mil, cento e noventa e cinco euros) ao qual será adicionado o IVA (proposta 199/13).-----

----- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS** -----

----- **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO** -----

----- Seguidamente a Câmara, por unanimidade, e conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, deliberou conferir parecer prévio favorável e autorizar, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto, efetuado nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos designada por “aquisição de serviços de reparação do Pavilhão de apoio ao Parque Aventura. -----

----- Eram doze horas e quinze minutos quando o Sr. Vice - Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu, Rosa Silvana Sá Marinheiro, técnica municipal, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Presidente. -----